

ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA, FUNACI – PIAUÍ¹

Autores: Marcela Costa e Matheus Santos

Supervisoras: Tatiana Sandim e Veronika Paulics

**“Toda atividade educativa é uma ação política, no sentido de desenvolver o senso crítico do aluno,
para uma tomada de posição consciente diante dos fatos e da sociedade”**

Paulo Freire

¹ Gostaríamos de agradecer a incrível disponibilidade dos funcionários da FUNACI, como um todo (da Sede - no Socopo, do Hospital, das Creches, do NAI, da EFTUR e do Centro Comunitário Carlos Novarese) em ajudar-nos na concretização desse trabalho, oferecendo-nos ora informações valiosas a respeito da instituição e do Piauí, ora alimentação, carona e um pouco de atenção. Especialmente, agradecer ao Padre Humberto, por permitir que ouvíssemos o que ele tem a contar, à Gardênia, à Rosa, à Irmã Lucília e ao Francisco (“Bola”) – que andou pra cima e pra baixo conosco, nos ensinou muito sobre o Piauí e nos fez companhia. Ao longo das visitas às EFAs, agradecemos especialmente Irmã Celina, da EFA Santa Angela, à Cota e Antônia da EFA Montes Claros, ao Jilton, da EFA Miguel Alves, ao Nicola, da Fazenda Nova Esperança. Nosso “muito obrigado” também ao João Emílio, que com grande boa vontade esteve presente em momentos distintos da pesquisa. Agradecemos também as famílias de Ronaldo Pereira Silva, Antônio Pereira de Moraes(Toyo), Antônio Carlos Rebelo de Paiva e Francisco de Assis Sousa Silva que nos receberam em suas casas. Por fim, agradecemos os secretários, pais, alunos, monitores, famílias que nos receberam e possibilitaram a vivência dessa experiência ímpar em nossa formação.

Introdução

O presente trabalho consiste na descrição e análise da atividade de pesquisa desenvolvida a respeito do projeto “Escola Família Agrícola”, no estado do Piauí, no período de 04 a 24 de julho de 2010. Essa atividade foi desenvolvida através do Projeto Conexão Local da Fundação Getúlio Vargas/EAESP, que diz respeito a uma oportunidade, dada a estudantes de graduação, de conhecerem experiências inovadoras de gestão social e de desenvolvimento econômico local aplicadas em todo o país.

A equipe que participou dessa atividade, tendo como objeto de estudo as Escolas Família Agrícola no Piauí, foi composta por Marcela Costa e Tatiana Sandim, da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, e Matheus Santos e Veronika Paulics, da Escola de Administração de Empresa da FGV/SP. Marcela e Matheus são estudantes de Administração Pública em suas respectivas escolas e foram supervisionados por Tatiana e Veronika.

A pesquisa teve como objetivo compreender a implementação, gestão, avanços e dificuldades das Escolas Famílias Agrícolas do Piauí, sob responsabilidade da FUNACI (Fundação Padre Antônio Dante Civeiro). Para compreender as EFAs, a pesquisa buscou também compreender a pedagogia da alternância, contextualizada ao meio rural, apropriada por atores da sociedade civil para a implementação de um modelo de escola fora dos padrões convencionais.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, se constituíram na observação direta e em entrevistas com alguns atores - pais, monitores, alunos, ex-alunos, representantes do poder público, de associações comunitárias e da Associação Estadual das EFAs do Piauí - que ocupam lugares importantes na organização dessa rede escolar. Buscou-se compreender a trajetória de construção das Escola Família Agrícola (EFA), a adequação das práticas observadas no cotidiano da escola ao projeto pedagógico da alternância e o significado desse projeto, o contexto em que as escolas estão inseridas, os fatores que influenciam positiva ou negativamente o desenvolvimento do projeto, bem como os atores (e seus papéis) envolvidos direta ou indiretamente no mesmo, especialmente a FUNACI.

O trajeto percorrido pelos pesquisadores na tentativa de compreensão do universo das EFAs no Piauí foi traçado e concretizado juntamente com a Fundação Padre Antônio Dante Civeiro (FUNACI), localizada na região periférica de Teresina, conhecida como Socopo. Essa fundação foi criada por Pe. Humberto Pietrogrande, o responsável por trazer a proposta das EFAs para o Brasil, primeiramente no estado do ES, nos anos sessenta e, posteriormente levando a proposta de Escola Família Agrícola para o estado do Piauí. A Fundação que padre Humberto preside é a responsável pela administração direta de cinco EFAs, o que mostra a forte relação da instituição com o projeto de EFAs no Piauí e o que justifica a aproximação com a instituição no desenvolvimento da pesquisa.

Esse trajeto iniciou-se com uma semana de acompanhamento da FUNACI, na qual buscamos compreender a fundação e trajetória das EFAs no Piauí e do contexto em que elas se inseriram e estão inseridas. Durante as duas semanas restantes, a equipe visitou a EFA Montes Claros, situada em Aroazes, a EFA Miguel Alves, situada no município de mesmo nome e a EFA Soinho, localizada na região da Grande Socopo em Teresina, todas ligadas à FUNACI. A título de comparação e de ampliação da compreensão da presença das EFAs no processo de desenvolvimento do Piauí, foram visitados também a EFA dos Cocais, situada em São João do Arraial e a EFA Santa Ângela, ligada à Fundação Santa Ângela, no município de Pedro II.

Este relatório, portanto, busca apresentar aspectos das Escolas Família Agrícola do Piauí, como o histórico, o contexto, os princípios e dificuldades que a envolvem, apreendidos através da pequena experiência vivida no estado. De forma alguma, contudo, pretende-se esgotar o assunto a respeito desse projeto complexo, que envolve um número extenso de atores e causa impactos incapazes de serem dimensionados por essa pesquisa.

O significado das Escolas Família Agrícola, a partir de seu surgimento

É importante, antes da leitura deste relatório, a compreensão dos conceitos de Escolas Família Agrícola e dos postulados pedagógicos da alternância, para, em seguida, se tornar possível a compreensão dos aspectos que circundam esse projeto no Brasil e, mais especificamente, no Piauí.

As Escolas Família Agrícola (EFAs) se originaram das Maisons Familiaes Rurales (MFR) da França. A primeira MFR foi criada em 1935 como solução, definida pelos moradores locais, à recusa de jovens da área rural de frequentarem a escola convencional. A respeito dos princípios que orientaram a constituição da identidade desse movimento, podem-se citar: a constituição de uma associação de pais responsável por todas as questões relativas à escola, a alternância entre a formação na Maison Familiale e na propriedade familiar rural como princípio básico da prática pedagógica, a formação completa da personalidade, desde aspectos técnicos a aspectos morais, como pressuposto da educação idealizada e o desenvolvimento local sustentável (SOUZA, 2008).

Os agricultores que levaram adiante a constituição das Maison Familiaes Rurales estavam preocupados em promover o desenvolvimento de suas localidades e em oferecer aos jovens uma educação que eles não rejeitariam, uma vez que estaria adequada à sua realidade. Dessa forma, buscaram, através das MFRs, conciliar o aprendizado advindo da escola com o aprendizado proporcionado pelas famílias e pelas comunidades locais. Esse projeto de escola, segundo o modo como foi concebido, prevê sua sustentação como sendo de responsabilidade dos pais dos alunos e das forças sociais locais e utiliza-se, para alcançar sua finalidade, da Pedagogia da Alternância, na qual

(...)o saber prático obtido junto à família, na execução das tarefas, e a teoria, obtida na escola durante a troca de experiências e absorção dos conteúdos ensinados, se fundem. Assim, podem auxiliar a aprofundar a compreensão do que ocorre no dia-a-dia, na família e escola, e onde o conhecimento emerge, se amplia e se consolida, facilitando ao jovem alternar e valorizar aquilo que ele faz e sabe. É na vinculação do conhecimento escolar com a ambiência familiar que o jovem reflete sobre seu meio e elabora seus marcos de referência.

CALIARI, Rogério Omar. **“PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL”**²

É possível constatar que o modelo das Maison Familiaes Rurales, portanto, é voltado para a realidade do educando, tornando-se parceiro do seu desenvolvimento, gerando autonomia, sentimento de pertencimento ao meio rural, criticidade com relação aos padrões de exclusão do homem do campo, bem como o próprio desenvolvimento local.

A partir da segunda guerra mundial, devido ao êxito dessa prática educacional, a experiência se espalhou pela França, sendo constituídos os Centros Familiaes de Formação por Alternância (CEFFAs), e também por outros países europeus. No ano de 1961, por sua vez, a experiência foi implantada na região do Vêneto, norte da Itália.

Nesta mesma década de 60, Padre Humberto Pietrogrante, italiano que iniciou sua missão jesuítica na região agrícola do sul do Espírito Santo, em viagem à Itália conhece o Projeto de Escola Família Agrícola em Castelfranco. Uma vez que esse projeto se constituía como resposta à reivindicação das pequenas unidades familiares do sul do Espírito Santo por educação e se adequava como solução ao problema do êxodo rural nessa região, em 1968, baseado na Escolas Família Agrícola de Castelfranco, na Itália, Pietrogrante levou para o Espírito Santo a primeira experiência dessa proposta de educação voltada para o campo, a Escola Família Agrícola.

2 Disponível em: http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/45269/2/revista_v4_n2_jul-dez_2002_5.pdf . Acessado dia 22 de Agosto de 2010

O Piauí

Para compreender o funcionamento e desenvolvimento das Escolas Família Agrícola no estado do Piauí, é preciso compreender o contexto sócio-econômico local. Uma vez que é possível abordar tal contexto por diversos ângulos, e que, por todos eles seria impossível abranger a complexidade do real, optamos por apresentar o contexto vivenciado e apreendido durante os vinte dias de realização dessa pesquisa.

A região em que foi criada a FUNACI, entidade responsável por 5 EFAs do Piauí, a qual é presidida por aquele que levou o projeto para o estado, o jesuíta Humberto Pietrogrande, é denominada Grande Socopo. Nessa Região, passamos uma semana justamente conhecendo um pouco sobre o Piauí, onde desenvolveríamos a pesquisa. A região está situada na periferia da capital do estado, Teresina, e, ainda hoje, depois de 20 anos de criação da FUNACI, sofre pela falta de atendimento a necessidades básicas de saúde, saneamento e moradia. Considerava-se, até o ano de 1988, que a Grande Socopo fazia parte da zona rural; a partir do II Plano Estrutural de Teresina – PET – nesse mesmo ano, porém, foi incluída na zona de expansão urbana. De acordo com o censo de 2000, 53 dos 128 domicílios permanentes na Grande Socopo possuíam abastecimento de água e somente 38 possuíam coleta de lixo domiciliar.

No estado como um todo, a incidência da pobreza chega a 53,11% da população (IBGE 2003) e no ranking dos estados brasileiros em IDH, o estado ocupa o terceiro pior lugar, com 0,703 (PNUD, 2005). Na educação, o estado do Piauí possui duas cidades com as piores notas no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) 2009, na 4ª série. Segundo esse índice, as notas do estado referentes aos anos iniciais (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio foram respectivamente 4,0, 3,8 e 3,0³, em uma escala de 0 a 10.

Predominam historicamente no estado práticas de coronelismo e clientelismo, bem como a concentração fundiária, a especulação da terra no cerrado e a pecuária extensiva. A base agrícola piauiense é expressiva, e apresenta um quadro de grandes latifundiários que demandam pouca mão-de-obra, de um lado, e de produtores da agricultura familiar com dificuldades de desenvolver sua produção, devido à falta de técnicas e tecnologia no ramo, de outro.

Porém, demonstraram as entrevistas e contatos com a população local que a realidade piauiense tem melhorado, uma vez que tem-se dado mais atenção ao desenvolvimento de produtos locais como o caju, o mel, as hortaliças, favorecendo pequenos produtores – e incrementando em até 170% na renda das famílias, segundo fala de João Emílio Lemos, Secretário Executivo da Associação Regional das EFAs do Piauí (AEFAPI). Ainda, programas de concessão de crédito e de assentamento a partir da desapropriação de fazendas, do Governo Federal, têm auxiliado as famílias a possuírem sua própria terra. Segundo João Emílio, a eleição de 2002 foi decisiva para o começo dessa mudança no cenário em que se encontra o estado, uma vez que o resultado dessa rompeu com tradicionais forças políticas do estado e apresentou Wellington Dias, do Partido dos Trabalhadores, como então governador. As duas gestões de Wellington Dias coincidiu com o governo Lula, também do PT, no âmbito federal. Destacou, ainda, que essa conjuntura política foi favorável ao desenvolvimento das Escolas Famílias Agrícolas no Piauí.

Nesse contexto, o que as famílias, pelo menos as que mantêm algum laço com as EFAs, parecem almejar é, primeiramente, sua própria terra – o que em muitos casos já foi concretizado a partir dos programas de concessão de crédito e de assentamento do Governo Federal; em seguida, a necessidade das famílias parece ser conseguir vender sua produção, para, assim, poder trabalhar mais e produzir mais. Esse desejo é alimentado pela esperança de que o governo, a partir do Programa de Compra Direta da agricultura familiar (PL 2877/08, art.13), por exemplo, se constitua como consumidor da produção das famílias. Há também forte desejo de que os filhos não precisem ir para “São Paulo” - referência de grande centro urbano para os piauienses– e possam permanecer em casa, contribuindo para a produção familiar.

As Escolas Famílias Agrícolas, dessa forma, estão inseridas no cenário de subdesenvolvimento histórico do estado – onde se inclui a pobreza do meio rural, e, ao mesmo tempo, no contexto de recentes e lentos avanços na realidade do mesmo.

3 Disponível em: <http://www.acessepiaui.com.br/geral/ideb-aponta-munic-pios-do-pi-entre-os-piores-na-educa-o/13605.html>. Acessado em 22 de Agosto de 2010

Trajatória das Escolas Famílias Agrícolas no estado do Piauí

A primeira Escola Família Agrícola no Brasil foi criada em 1968, no município de Anchieta, Espírito Santo. Na década de 60, a partir da conjuntura de abandono das lavouras e de empobrecimento dos agricultores do sul do estado do Espírito Santo, que saíam em busca de melhores oportunidades nos centros urbanos e não as encontravam, um padre jesuíta italiano, Pe. Humberto Pietrogrande, procurou reunir os agricultores da região com o objetivo de encontrar alternativas para a transformação da realidade que se apresentava. Os agricultores demandavam apoio para terem acesso a saúde, educação e organização. Como já relatado, em 1966, em viagem à Itália, Pe. Pietrogrande conheceu em Castelfranco a experiência das chamadas Escolas Família Agrícola e, regressando ao Brasil, se propôs a implantar o projeto. É importante ressaltar que, anterior à criação da primeira escola em Anchieta, denominada “Escola Família Agrícola de Olivânia”, montou-se um comitê para a posterior criação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), uma instituição que iria contribuir para a formação do cidadão e desenvolvimento do campo, através das EFAs e outras ações nas áreas de saúde e organização. Mais tarde, essa instituição foi a responsável por formar, para aplicação e desenvolvimento dos princípios da Pedagogia da Alternância, pessoas que depois viriam a coordenar as escolas do Piauí.

Em 1985, Padre Humberto Pietrogrande foi transferido ao Piauí para atender a Escola Agrícola Santo Afonso, escola gratuita, sob responsabilidade de jesuítas, voltada para os moradores da comunidade do Socopo e outros da periferia de Teresina. Essa chegada do padre no estado, segundo relato do próprio padre, coincidiu com uma enchente que expulsou muitas famílias de agricultores de suas casas; ao mesmo tempo, Pe. Humberto Pietrogrande percebeu o fenômeno da compra da propriedade dos pequenos agricultores pela COMVAP – maior empresa de Açúcar e álcool do Piauí – o que acentuava o êxodo rural. O padre, portanto, relata que passou a acreditar na necessidade de projetos que mantivessem o homem no campo, valorizando a cultura própria desse lugar, e ajudassem a desenvolver, entre esses pequenos agricultores pobres, a agricultura como forma de melhorar sua condição de vida - ainda que no Piauí a cultura agrícola não existisse ou não fosse tão forte quanto no ES, onde tinha-se a influência da cultura dos imigrantes europeus. O projeto inicialmente implantado, já em 1986, foi o da Escola Família Agrícola, no município de Aroazes, com a ajuda de estagiários da EFA de Olivânia (ES).

A partir de aspectos morais, como a valorização da família, da comunidade, da união e da dignidade, Padre Humberto reproduziu no Piauí o projeto de EFA desenvolvido no Espírito Santo. A primeira Escola Família Agrícola do estado foi implementada sob orientação de Pietrogrande e, logo em seguida, também outras EFAs foram criadas sob a mesma orientação. Inclusive aquelas que hoje não têm relação com a Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI), a instituição que administra, dentre outros projetos de cunho assistenciais, as EFAs criadas pelo Pe Humberto, criador e atual presidente da fundação, foram implementadas segundo o modelo anteriormente implementado no Espírito Santo.

Desde a fundação da primeira Escola Família Agrícola, denominada “Montes Claros”, em Aroazes, foram criadas mais 11 Escolas Família Agrícola no estado, entre elas EFAs ligadas à FUNACI, à Fundação Santa Ângela, à Fundação Dom Edilberto e outras ligadas ao governo do Estado do Piauí.

FUNACI

Para que possamos estudar as Escolas Família Agrícola do Estado do Piauí, devemos, em primeira instância, analisar a história e o papel da Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI).

A FUNACI se instalou na zona rural, hoje considerada periurbana, de Teresina em 1986, e em 1989 foi legalmente reconhecida como Fundação. Foi fundada por Pe. Humberto Pietrogrande, que justificou o local onde a fundação foi instalada pelo reconhecimento de uma demanda maior naquela região. A instituição iniciou seu trabalho com a criação de creches, que, de certa forma, supria a falta de creches municipais, na época. Após algumas creches fundadas, a FUNACI, com o apoio e experiência de seu fundador, auxiliou na fundação das duas primeiras Escolas Família Agrícola do estado: Soinho (no município de Teresina) e Montes Claros (na cidade de Aroazes). Hoje, a Fundação participa efetivamente da gestão de 5 EFAs, 1 Escola Família Turismo (EFTUR), 11 Creches, 1 Hospital, 2 núcleos de atenção intergeracional (NAIs) e uma Fazenda.

A Fundação Padre Antônio Dante Civiero tem como lema “Crescer e fazer crescer”, e, como identidade, a caridade cristã – suas ações sociais estão baseadas nas Encíclicas “Populorum Progressio”, de Paulo VI e “Sollicitudo Rei Socialis”, de João Paulo II, bem como na Doutrina Social da Igreja Católica.

A FUNACI, ainda que responsável por somente 5 das 16 EFAs do Piauí, foi a instituição que influenciou a expansão desse modelo no estado, através da atuação de seu fundador, Pe. Pietrogrande. A relação que atualmente mantém com as Escolas sob sua responsabilidade diz respeito, em quase todos os casos, ao custeamento das mesmas e à responsabilidade jurídica por cada escola. A figura de Pe Humberto Pietrogrande é forte perante a sociedade piauiense e ao Poder Público, e é essa figura a responsável por firmar convênios e contratos que permitem a manutenção, não só das EFAs, mas de todos os projetos mantidos pela fundação. O próprio fato das EFAs ligadas à FUNACI terem sido criadas com base em seus valores e diretrizes e, mais ainda, de dependerem dos recursos obtidos pela mesma, reduz a autonomia administrativa/de gestão dessas Escolas; o que, segundo diversos atores envolvidos nessa realidade, pode ser prejudicial à concretização da proposta pedagógica da Alternância, que supõe autonomia dos atores inseridos no contexto de cada escola.

O dia-a-dia e a prática dos instrumentos pedagógicos nas Escolas Família Agrícola no Piauí

As Escolas Família Agrícola, com os objetivos já apresentados nesse trabalho de aliar o conhecimento teórico ao prático e o formal ao não-formal, permitindo o crescimento do indivíduo como um todo e uma preparação para a vida em comunidade, pelo que pudemos apreender, utilizam diversas estratégias pedagógicas, que são as preconizadas pela Pedagogia da Alternância. Primeiramente, cabe destacar a própria alternância, que permite ao aluno passar 15 dias na escola, durante a chamada *sessão escolar*, e 15 dias em casa, na propriedade da família, durante a chamada *sessão familiar*. Como aponta SILVA (2008) “a alternância coloca em relação diferentes parceiros com identidades, preocupações e lógicas também diferentes: de um lado, a escola e a lógica da transmissão de saberes e, de outro, (...) a família e a lógica da agricultura familiar”. Desse modo, permite a construção conjunta do conhecimento, que não é desvincilhado da realidade do aluno. No período da sessão escolar, monitores revezam para que sempre um deles durma com os alunos na escola; esses monitores, nas entrevistas realizadas, destacam que esse período de convivência da sessão escolar desenvolve no aluno a capacidade de conviver em comunidade, de solucionar conflitos e de dialogar, a ponto de, quando esse aluno se forma, é destaque na comunidade ou no emprego, por saber se posicionar criticamente, saber se apresentar de forma adequada, sem a timidez e imaturidade próprios de muitos jovens da idade deles. A partir da alternância entre sessão familiar e sessão escolar, foi observado que as EFAs utilizam outros instrumentos pedagógicos como os Planos de Estudo, o Caderno da Realidade, a Colocação em comum, o Caderno de ligação, as Visitas às famílias, a Tutoria, o Projeto Profissional do Jovem e o Estágio – todos incluídos na chamada Pedagogia da Alternância.

Na sessão familiar, o aluno deve aplicar e desenvolver seu plano de estudo, relativo àquela sessão, a partir de pesquisas realizadas com os familiares ou membros da comunidade e da prática de tarefas na plantação/criação de animais da família. O caderno da realidade é o caderno onde o aluno registra todos os planos de estudo desenvolvidos, já o Caderno de ligação é aquele que contém tanto as atividades feitas na sessão

escolar, por disciplina, quanto as atividades realizadas em cada dia na sessão familiar. A colocação em comum, por sua vez, caracteriza-se como o momento em que os alunos se apresentam na escola, recém chegados da sessão familiar, e partilham as atividades e experiências vividas em casa; após esse momento, utiliza-se a tutoria, instrumento que consiste no acompanhamento individual do desenvolvimento do aluno (em ambas as sessões) pelos professores, para auxiliá-los em suas dificuldades. As visitas às famílias, semelhante à Tutoria, tem como objetivo acompanhar as famílias dos alunos, tanto em relação ao desenvolvimento de sua produção agrícola/ criação de animais, auxiliando-as com “assessoria técnica”, quanto na relação entre as famílias e os alunos, instigando o diálogo entre eles. Por fim, o Plano Profissional do Jovem (PPJ) e o Estágio dizem respeito à conclusão do Ensino Fundamental e Médio; o PPJ é um projeto prático, feito pelo próprio aluno, a ser apresentado para a Escola e desenvolvido, geralmente, na propriedade familiar do mesmo; o estágio é realizado, na maior parte das vezes, em fazendas, para a fixação do conteúdo técnico aprendido.

Foi possível perceber através do diálogo com os monitores (como os profissionais que trabalham na escola são conhecidos), de todas as Escolas, que estes instrumentos pedagógicos só são válidos se há envolvimento das famílias. Ainda que, em muitos casos, as famílias morem distante da escola e fique difícil a realização das visitas, os monitores da escola parecem se esforçar para realizá-las. Além dos instrumentos pedagógicos já citados, as escolas buscam proporcionar momentos de formação das famílias, no sentido de fazê-las compreender a lógica do processo educacional da escola e a importância da contribuição das famílias para a concretização dos instrumentos pedagógicos. Os monitores foram enfáticos ao afirmar que “sem a família os instrumentos pedagógicos não funcionam” e, mais, “se não são as famílias que defendem a escola, não adianta ninguém mais defender; se a família não for a base, qualquer apherio e a escola morre”.

As falas que valorizam a participação das famílias dialogam com o problema da obtenção de recursos para a continuação do projeto – tanto recursos financeiros quanto humanos. Todas as Escolas Família visitadas precisam, literalmente, “correr atrás” de recursos, tanto com o governo em suas três esferas, quanto com organizações privadas ou filantrópicas. Ao mesmo tempo, os representantes das Escolas destacam que a obtenção de recursos, por mais que seja essencial, é fator secundário para a continuação do projeto; segundo eles não adianta ter os recursos financeiros necessários se não houver o envolvimento da comunidade e das famílias, como já foi destacado anteriormente. Nesse âmbito, entra uma questão polêmica que perpassou toda a pesquisa, uma vez que cada conjunto de atores, em cada Escola, tem seus próprios argumentos: a *estadualização* e seus benefícios e malefícios para as Escolas Família Agrícola do Piauí.

Primeiramente, cabe a questão: “em que consiste a estadualização?”. Esse fenômeno, com relação às EFAs, diz respeito ao fato de as Escolas passarem ao domínio do estado, pelo menos no que tange ao seu custeio por aluno. Assim, EFAs estadualizadas possuem seus alunos cadastrados na rede pública - o que significa que a escola recebe, por aluno matriculado, livros didáticos e recurso para merenda escolar – e recebem recursos para manutenção da escola. Em seguida, cabe discutir o que significa, de fato, para os atores envolvidos, a estadualização das Escolas Família. Para os atores contrários à estadualização, a dependência financeira do estado pode fazer com que este interfira na gestão da Escola Família e, conseqüentemente, prejudique a concretização da Pedagogia da Alternância de forma completa. A estadualização, sob o ponto de vista de alguns monitores, diminui a autonomia da escola, uma vez que direciona, para as EFAs, professores “viciados” - termo próprio dos entrevistados – no modelo convencional de educação. Foi destacado que esses professores, muitas vezes, sequer dormem na escola durante a sessão escolar, como fazem os monitores de EFAs não estadualizadas. Há relatos de que, inclusive, o estado já tentou interferir nos instrumentos pedagógicos de EFAs estadualizadas. Além disso, foi colocado que o fato da EFA receber todos os recursos do estado diminui a necessidade da intervenção das famílias no desenvolvimento da escola; “se a família não precisa batalhar para conseguir as coisas da escola, para quê participar da escola? Só para ir lá e assinar em baixo?”, questionou um monitor da EFA Miguel Alves. O último argumento contrário à estadualização e citado por todos os que assumem esse ponto de vista é que o fato da EFA depender de recursos do estado, uma vez que sejam eleitos governantes contrário ao projeto da escola, a EFA pode deixar de existir – aliado à não participação de base adequada em escolas estadualizadas. Por outro lado, o daqueles que defendem a estadualização, os envolvidos verdadeiramente com o projeto “perdem a autonomia [de gestão] se quiserem, como perdem também não estadualizando”. Monitores da EFA Cocais, estadualizada, argumentam que o trabalho especificamente no nível do Território dos Cocais não permite que haja famílias tão distantes da escola e, conseqüentemente, não impede a participação e o envolvimento delas com a EFA. Ainda, esses mesmos monitores dizem que a “dependência” dos recursos do

governo não implica que, em caso de mudança de governo, a EFA se desestruture pela possível falta de recurso, uma vez que a Escola também busca estar integrada com a comunidade, com os movimentos sociais, com as famílias dos alunos e, inclusive, com outras instituições de apoio, que não as governamentais. Ou seja, alegam que a Escola possui uma estrutura de base forte que não permitiria a extinção do projeto de Escola Família Agrícola. Com relação aos professores advindos de concursos públicos, acostumados ao modelo convencional de educação, os monitores das EFAs estadualizadas destacam que, quando não passam por uma formação específica na Pedagogia da Alternância (fornecida, por exemplo, pela Associação Regional das EFAs do estado – AEFAPI), são acompanhados pelos já formados e/ou experientes; em caso de não adaptação desses professores, os monitores buscam negociar com o estado a troca de professor.

A “questão da estadualização” não é um aspecto secundário na discussão sobre as Escolas Família Agrícola e nem sequer uma questão simples de se posicionar a respeito. Na pesquisa realizada, com as cinco EFAs visitadas mais o Centro de Educação Profissional que é do estado, pudemos dividir as posições: de um lado apresentam-se as EFAs ligadas a FUNACI⁴, que não são estadualizadas, e, de outro, as EFAs estadualizadas⁵. É possível observar nas escolas ligadas à FUNACI grande dificuldade financeira no desenvolvimento do projeto; em comparação com as EFAs estadualizadas, apresentam problemas com a infraestrutura em geral – desde materiais escolares (livros, carteiras, audiovisual) até instalações necessárias para o regime de semi-internato (colchões, banheiros, quartos). Por outro lado, por exemplo, na EFA Miguel Alves, as famílias participam e contribuem mais para a dinâmica da escola, o que é favorável à concretização da proposta pedagógica; segundo os monitores da própria escola, se a escola fosse estadualizada, dificilmente essa integração escola-família seria possível. Em outras palavras, não há uma resposta para a questão da estadualização; é certo, porém, que é importante que em todas as EFAs seja priorizada a integração da Escola Família ao seu contexto local – com as famílias de alunos, movimentos sociais e agricultores, assegurando a perpetuação do modelo da Pedagogia da Alternância e, conseqüentemente, seus resultados de fomento do desenvolvimento local e da formação de cidadãos inseridos no meio rural.

O envolvimento Escolas Família Agrícola – comunidade e os resultados obtidos com a escola, segundo relatos dos atores envolvidos

O modo como surgem as Escolas Família Agrícola tem muito a dizer sobre o sucesso do projeto pedagógico de Alternância. Foi possível perceber que as Escolas que surgiram como resposta à organização de moradores às necessidades de cada localidade são as que mais obtém êxito na concretização dos instrumentos pedagógicos. A Escola Família Agrícola de Miguel Alves é um exemplo de uma escola que surgiu a partir desses moldes.

Assim como em outras escolas, mas de forma particularmente forte, a EFA Miguel Alves surgiu como resposta à necessidade, debatida na Comunidade Eclesial de Base (CEB) do município de mesmo nome, de implantar na zona rural o ensino de 5ª a 8ª série. Foi relatado que, em meio a essa necessidade, um frequentador da CEB teve notícia, através de uma revista de circulação estadual, da experiência de implantação da Escola Família Agrícola no Piauí por Padre Humberto Pietrogrande. Após a aceitação do Projeto por parte da comunidade, houve uma mobilização para que esse mesmo padre visitasse o município para auxiliar a construção de uma EFA naquele local. Houve mobilização dos moradores, ainda, para conseguir o terreno da escola (que foi doado por um morador da comunidade), para conseguir recursos junto ao poder público e junto à uma instituição internacional belga de apoio à formação rural (SIMFER). Antes da conclusão da obra, a escola começou a funcionar na casa de uma moradora antiga da região.

O surgimento da EFA Miguel Alves ilustra como a Escola Família está inserida na realidade onde é construída. Além disso, é explicação para o atual funcionamento dessa EFA; na escola, todos os monitores tem relação ou com o movimento de criação da escola, o que significa que moram nas proximidades da mesma, ou com o próprio desenvolvimento da EFA, uma vez que são ex-alunos. Além disso, a comunidade ao redor da escola possui forte relação com a EFA, reconhecendo-a como um projeto importante para a localidade; segundo

4 EFA Montes Claros, EFA Miguel Alves e EFA Soinho

5 EFA Santa Ângela e EFA Cocais

depoimento dos monitores, em festejos e eventos na comunidade sempre há um “representante da EFA Miguel Alves”, caso contrário, a comunidade sente falta dessa presença. Bem como, a escola cumpre o papel de auxiliar, por exemplo, os agricultores locais a terem acesso a programas do governo, através da informação disponibilizada a eles e do acesso a internet – que a escola possui graças ao programa de implantação de telecentros no interior do estado, destinado à comunidade onde é implantado, a partir da parceria entre a Agência de Tecnologia da Informação do estado do Piauí (ATI) e o Ministério das Comunicações.

Cabe destacar o trabalho que os monitores desenvolvem nas EFAs visitadas em geral. A relação que esses possuem com a Escola Família é forte o suficiente a ponto de incentivá-los a continuar desenvolvendo o projeto da escola, uma vez que recebem a mesma remuneração de professores da rede pública convencional. Ou seja, os monitores das EFAs recebem o equivalente a 40 horas/aula semanais, remuneração que não inclui a noite dormida na escola, os momentos de formação das famílias durante fins de semana e nem o tempo demandado para as visitas às famílias, que, por sinal, moram distante das escolas. Em uma das escolas, os monitores alegaram que, segundo contagem própria, chegam a trabalhar aproximadamente 100 horas/aula semanais. A explicação para essa disponibilidade é expressa na fala de muitos monitores: “o monitor se realiza com a realização do aluno”, “optamos pelo trabalho aqui [na EFA] por convicção de que é preciso mudar o meio”, e, por fim, segundo colocação do Presidente da AEFAPI, “para [o projeto] crescer precisa de doação, militância, ideologia”.

Quanto ao impacto da Escola Família Agrícola na vida da comunidade, os monitores dizem ser possível realmente perceber a diferença entre os alunos que se formam na EFA e os alunos que se formam na escola convencional. Os alunos, segundo os monitores, melhoram sua auto-estima ao longo dos anos na escola porque, no trabalho com a Pedagogia da Alternância, busca-se reforçar a importância da família, da comunidade e do meio como um todo, a partir do que os alunos passam a conhecer e valorizar o lugar/realidade em que vivem. Os monitores percebem também que ao passo que o aluno aprende e se desenvolve na Escola Família Agrícola, a família o acompanha em termos de crescimento, enquanto que numa escola técnica em agropecuária convencional, o aluno tenderia a romper com a família uma vez que essa estaria ultrapassada se comparada a ele. A sessão escolar, ainda, é vista como essencial na formação humana dos alunos; os monitores de forma geral ressaltam que o regime de semi-internato permite ao aluno o aprendizado de como se portar inserido no coletivo, permite o desenvolvimento do aluno em termos de sua autonomia e, ainda, favorece o diálogo e a desinibição dos alunos. Os monitores da EFA Miguel Alves, em conversa informal com os pesquisadores na própria Escola, reforçam que “a escola convencional esquece de libertar o indivíduo para a vida de verdade, de ensinar a pessoa a se comportar, a tratar os outros”.

A visita às famílias de alunos e ex-alunos pôde demonstrar, da mesma forma, como a Escola Família Agrícola está inserida e impacta na vida das mesmas. Algumas famílias inclusive alegaram que, com o filho estudando na EFA, a produção familiar aumentou, pois o jovem levou para casa novas técnicas de plantio e, mais, se mostrou mais interessado em trabalhar com os pais no período da sessão familiar. Para algumas famílias, os momentos de formação oferecidos pelas EFAs também contribuem para a mudança no modo de se produzir, podendo acarretar em aumento dessa produção. As famílias também ressaltam o aumento do diálogo com os filhos que estudam na EFAs, uma vez que precisam a todo o tempo questionar os pais para completar os Planos de Estudo, e o sentimento de satisfação pelo conhecimento prático que possuem em casa ser valorizado na escola.

Parcerias e recursos

As Escolas Família Agrícola, por possuírem peculiaridades que a definem enquanto um projeto de educação diferenciado, demandam além de recursos comuns à instituição escolar, de forma geral, recursos específicos para que possam concretizar seu trabalho. Os recursos necessários ao dia-a-dia das EFAs vão desde livros didáticos, carteiras, recursos audiovisuais, computadores, material de escritório, ou seja, materiais escolares comuns às escolas convencionais, até recursos que possibilitem a prática dos alunos na atividade agropecuária, como terras produtivas, animais (em geral caprinos, suínos e aves), ração, sementes, infraestrutura para os animais (galinheiros, pocilgas, currais). É importante destacar que as Escolas Família, funcionando em regime de semi-internato, necessitam ainda mais de recursos para a alimentação dos alunos, de limpeza e,

diferentemente das escolas convencionais, também de quartos, colchões e banheiros adequados. Além disso, a Escola demanda além de professores de disciplinas convencionais – que ainda assim precisam da formação na Pedagogia da Alternância, de professores com formação técnica em agropecuária e pessoas que durmam na Escola durante a sessão escolar dos alunos.

É possível perceber, portanto, que os recursos demandados por uma Escola Família Agrícola são bem superiores a uma escola convencional. Segundo João Emílio Lemos, o Secretário Executivo da AEFAPI (Associação Regional das EFAs do Piauí), o gasto com cada aluno, por ano, é entre R\$1800,00 e R\$2500,00, incluindo todos os gastos com o mesmo. Por outro lado, a título de comparação, o governo investe, em escolas públicas convencionais, R\$800,00 por aluno, por ano.

No início, quando as Escolas Família Agrícola começaram a surgir no Piauí, os recursos advinham principalmente de instituições internacionais de apoio ao projeto. Padre Humberto Pietrogrande, quem levou o Projeto de Escola Família para o estado e fundou ali as primeiras Escolas, possuía forte relação com instituições italianas que enviavam grande parte dos recursos que as EFAs contavam para se sustentar. Da mesma forma, a EFA Santa Ângela, por exemplo, contava com recursos de instituições alemãs que apoiavam a fundadora da Fundação Sta Ângela, Irmã Maria da Cruz. Hoje, porém, como ressaltado por diversos atores, muitas instituições não governamentais internacionais têm considerado que os projetos brasileiros já possuem condições favoráveis à sua sustentação – uma vez que o Brasil tem crescido e se desenvolvido, e, assim, têm reduzido sua participação em termos de financiamento das Escolas Família piauienses.

Assim, para conseguirem recursos, os atores envolvidos com as EFAs precisam buscar parcerias, sejam elas com o poder público, em suas três esferas de governo, seja com instituições privadas dispostas a financiar o projeto – muitas vezes, inclusive, a fundo perdido. Além das parcerias, cabe ressaltar que cada aluno contribui, em todas as Escolas, com cerca de R\$10,00/sessão escolar em dinheiro ou mercadoria produzida pela família, o que contribui significativamente para complementar a alimentação nas EFAs.

A partir de parceria com o poder público no âmbito estadual, alguns professores são cedidos às EFAs pelo estado do Piauí, enquanto em parceria com o âmbito municipal de governo, outros são cedidos pela prefeitura do município em que a escola está situada. Dessa forma, o pagamento de todos os monitores é realizado pelos governos estadual e municipal. O grande entrave que existe na contratação dos monitores se dá pelo fato de que eles recebem a remuneração equivalente a qualquer outro professor, isto é, recebem pela carga horária padrão de 40 horas/aula semanais; como já foi dito, os monitores das EFAs dedicam muito de seu tempo às escolas, e as horas extras que cumprem ao pernoitar na escola, por exemplo, não são remuneradas. Inclusive, no caso das Escolas ligadas à FUNACI, é realizado pela instituição uma complementação do salário dos monitores.

No que tange, porém, à obtenção dos outros recursos necessários ao funcionamento de uma Escola Família Agrícola, a questão é mais complexa. Nas EFAs estadualizadas, o governo estadual também fornece repasses para a manutenção da escola, nos quais estão incluídos o custeamento de cozinhas, das contas de luz e água e da manutenção da infraestrutura escolar. No entanto, nas EFAs ligadas à FUNACI, por exemplo, esse repasse de recursos pelo governo não acontece de forma “oficial” como ocorre nas Escolas estadualizadas; fica à cargo dessa fundação, portanto, obter recursos para serem repassados às EFAs, ou mesmo à cargo da própria escola conseguir seus recursos através de suas atividades produtivas, da mobilização das famílias e de parcerias com o município em que estão inseridas.

As Escolas Famílias Agrícolas do Piauí, ainda que com grande dificuldade para sustentar o projeto, contam atualmente com apoio governamental, ao menos no nível estadual. Essa realidade é destacada pelos atores envolvidos com as EFAs, que reforçam que o ex-governador Wellington Dias (PT), em seus dois mandatos no governo estadual, apoiou as Escolas firmando parcerias e contratos entre Escolas e governo. Cabe ressaltar que a atual Secretária de Educação, Maria Xavier e o ex-secretário Antônio José Medeiros, do mesmo partido e trajetória que o governador, nesses dois mandatos, demonstraram também forte apoio às Escolas Família Agrícola.

Existem, entretanto, dificuldades para que as EFAs possam se sustentar, ainda que elas contem com o apoio da atual gestão do estado do Piauí. Essa dificuldade se reflete na infraestrutura das EFAs, que em muitas não são adequadas, na falta de recursos audiovisual e, até mesmo, na qualidade da aplicação dos instrumentos

pedagógicos, como a visita às famílias que são custeadas, na maior parte das vezes, pelos próprios monitores.

AEFAPI

A Associação Regional das Escolas Família Agrícola do Piauí (AEFAPI) foi criada em 2004, surgindo da necessidade das EFAs desse estado firmarem apoios, parcerias e recursos, o que, através de uma organização própria se daria de forma mais fácil e organizada. Outro objetivo da AEFAPI é fazer com que as Escolas Família Agrícola apliquem de forma integral a Pedagogia da Alternância.

Num primeiro momento, o foco da AEFAPI foi quase totalmente voltado à obtenção de recursos, fossem eles do Estado ou de outras instituições; somente a partir de 2009, a Associação iniciou suas ações, em forma de consultorias e cursos, junto às famílias e aos monitores e dirigentes das escolas. Em nossa visita ao Piauí, tivemos a oportunidade de conversar com João Emílio Lemos, Secretário Executivo da AEFAPI, bem como com José da Cunha Alves, conhecido como Donato, presidente da Associação.

João Emílio, que trabalhou como monitor na EFA Soinho por 12 anos antes de ser convidado a fazer parte da AEFAPI, é defensor da autonomia das Escolas e, por isso mesmo, não é acrítico quanto à proposta de estatização das mesmas. João Emílio defende, como sendo a melhor alternativa, a criação de uma Lei que reconheça e financie as Escolas Família Agrícola e todas as suas especificidades, incluindo as ferramentas pedagógicas da pedagogia da alternância; essa Lei impediria que as EFAs se encontrassem continuamente dependentes da “benevolência” dos governantes eleitos. Porém, enquanto essa lei não é aprovada, o Secretário reforça a importância de que a Escola Família consiga sua auto-sustentabilidade, e isso, segundo o mesmo, somente será alcançado quando a interação entre a Escola, as famílias e a comunidade na qual está inserida for forte o suficiente para mover todos em prol da Escola. Além disso, apontou criticamente a relação que algumas EFAs ligadas à FUNACI possuem com a instituição; ele demonstra receio de que algumas delas não estejam se fundamentando na participação das famílias e da comunidade local, uma vez que ficam presas aos direcionamentos dados pela FUNACI. Cabe destacar a importância que João Emílio dá para a autonomia necessária ao projeto de Escola Família, e sua integração com a realidade em que o projeto está inserido.

Tivemos a oportunidade, também, de conversar com Donato, como é conhecido o atual Presidente da AEFAPI; esse foi o primeiro presidente sem um nível elevado de instrução formal, agricultor, oriundo do movimento sindical local, pai de ex-alunos da EFA Miguel Alves e integrante da Associação de Pais dessa mesma escola, que a Associação Regional das Escolas Família Agrícola do Piauí já elegeu. Faz-se importante a caracterização desse importante ator envolvido com as EFAs do Piauí, para reforçar a grande relação do projeto de Escola Família Agrícola com a sociedade civil e suas diversas formas de organização. Donato alega que a importância da valorização da agricultura familiar, um dos objetivos da EFA, se dá pelo significado do pequeno agricultor como pilar importante da oferta de alimentos no país como um todo. Ao mesmo tempo, o presidente da AEFAPI destaca o grande problema que os agricultores piauienses enfrentam: a baixa auto-estima, resultado de anos de marginalização e exploração do campo. Coloca, dessa forma, como papel da EFA no estado, a elevação da auto-estima dos pequenos agricultores, que precisam entender a importância de seu trabalho.

Donato compartilha também da opinião de João Emílio no que diz respeito às EFAs ligadas à FUNACI: a Fundação, em sua opinião, deve dar mais autonomia às Escolas, para que cada uma possa adaptar-se a sua própria realidade sem ter de depender de ações centralizadoras e que, muitas vezes, restringem a atuação das escolas. Reforçou ainda, como João Emílio, a importância do apoio familiar às EFAs, destacando que o resultado daquelas que conseguem tal apoio pode ser claramente percebido.

Por fim, pelo que apreendido nas Escolas visitadas, a AEFAPI tem auxiliado as escolas a formarem seus professores e os transformarem verdadeiramente em monitores que aplicam a Pedagogia da Alternância.

Análise da Experiência

A partir da pesquisa realizada acerca das Escolas Família Agrícola da FUNACI, inseridas no Piauí, foi possível apontar e discutir algumas questões que se sobressaem no que diz respeito à dinâmica das Escolas no estado. Tal discussão pode se apresentar limitada, uma vez que reconhecemos a restrição do olhar por parte de atores externos à realidade local, que, pelo pouco tempo de convívio com a mesma, estão sujeitos, muitas vezes, à comparação dessa com uma realidade completamente distinta (a de São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo).

A realidade piauiense, como pôde ser apreendida, diz muito a respeito do desenvolvimento das EFAs no estado. Marcada pela exclusão histórica, que acarreta o coronelismo ainda presente no estado, o predomínio de interesses particularistas na política piauiense, o clientelismo, a concentração fundiária e os altos níveis de pobreza (que atingem até 50% da população), principalmente nas zonas rurais, a realidade do Piauí exige das Escolas Família Agrícola, primeiramente, a elevação da auto-estima das pequenas unidades familiares que residem no campo. As EFAs no estado lidam com muitas famílias que não possuem sua própria terra e, por vezes, que possuem escasso acesso à água de qualidade para plantar e para beber; lidam com jovens que estão inseridos em comunidades com elevado índice de analfabetismo, que não tem acesso à saneamento básico, que são constituídas por casas de taipa – que precisam ser reconstruídas de tempos em tempos – e que dependem da produção agropecuária para sobreviver – por vezes, em situação de seca. O desafio das Escolas Família Agrícola é, portanto, inserir-se nesse meio, conhecendo-o e adequando-se a ele, buscando alternativas para desenvolvê-lo – tarefa nem um pouco simples.

A Fundação Padre Antônio Dante Civieiro, no contexto apresentado, é fundada em 1989 na região da Grande Socopo, quando ainda era considerada zona rural da cidade de Teresina. A instituição, através de alternativas educacionais materializadas em suas Escolas Família Agrícola, do Hospital (São Carlos Borromeu), das creches, do núcleo de assistência social e do Centro comunitário (Carlo Novarese) que sustenta, busca oferecer alternativas para a melhoria das condições de vida da população pobre onde atua. A fundação, além das atividades citadas, também está inserida em ações de fomento à organização e conscientização das pessoas, para que busquem por si só desenvolvimento para o meio em que vivem. Apesar das questões possíveis de serem levantadas a respeito do modo como atua e do impacto de suas ações, a FUNACI, representa, no fim, uma tentativa oriunda da sociedade civil de contribuir para o desenvolvimento local, visando atingir os problemas que o Estado não alcança.

Foi possível perceber que a FUNACI, atualmente, passa por complicada situação no âmbito estrutural da instituição, uma vez que, como todas as outras organizações deste perfil que recebiam recursos do exterior, não os recebem mais e, assim, precisa se reorganizar e buscar fonte nacional de recursos. Além do que, apesar da saída que, muitas vezes, a FUNACI representa para os grupos de pessoas aos quais atinge, foi possível perceber através da pesquisa com as EFAs, no geral, que as Escolas Família Agrícola sob coordenação da Fundação não têm autonomia administrativa, o que limita, de certa forma, a atuação dos atores específicos do contexto de cada Escola. A instituição possui uma liderança forte, Padre Humberto Pietrogrande, o que a auxilia na captação de parcerias e recursos, mas, por outro lado, ocasiona uma centralização decisória. Além disso, a possibilidade de sua saída pode acarretar períodos difíceis para a Fundação e, conseqüentemente, para as escolas.

Com relação às Escolas, mesmo as estadualizadas, essas claramente não possuem a tranquilidade e a estabilidade de escolas públicas convencionais. Isso pode ser explicado pelo fato de que, no caso das Escolas Família estadualizadas, o recurso que recebem do governo, equivalente ao de escolas tradicionais, não é suficiente para o custeio de todas as atividades das EFAs na concretização da Pedagogia da Alternância; e no caso das EFAs ligadas à FUNACI, que não são estadualizadas, a dificuldade é justamente por não receberem recursos do governo como escolas públicas convencionais, o que é visível na estrutura das EFAs. Outra explicação sugerida é que nas escolas convencionais os métodos de ensino já estão “prontos”, e, dessa forma, podem ser mais facilmente mensurados e encaixados no orçamento disponibilizado pelo Estado; ao passo que, nas Escolas Família Agrícola, os monitores, movidos por paixão e ideologia, precisam construir, a cada dia, o método da Alternância, adaptando-o às condições locais e ao público atendido, o que dificulta a mensuração dos recursos necessários à Escola, que mudam de acordo com as atividades aplicadas para a concretização dos princípios de uma Escola Família.

A questão da estadualização se insere nas discussões acerca dos recursos necessários e da identidade do

projeto político-pedagógico da Alternância. Por um lado, a estadualização de uma Escola Família Agrícola permite maior acesso a recursos financeiros e, conseqüentemente, a recursos materiais e humanos, o que, segundo defensores da estadualização, favorece a aplicação dos instrumentos pedagógicos; e, por outro, apresenta incerteza quanto à continuidade dos repasses financeiros mediante possíveis mudanças de gestão no Governo (estadual ou municipal), bem como a falta de autonomia dos responsáveis pelas EFAs para demitir e/ou contratar pessoas para o quadro técnico das Escolas. As experiências de estadualização, que pudemos conhecer através da visita à EFA Cocais e à EFA Santa Ângela, têm sido exitosas: as EFAs visitadas que passam por essa experiência possuem boa infraestrutura (que, obviamente, não é devida exclusivamente à estadualização) e possuem maior liberdade para inserir novos gastos no orçamento da Escola, uma vez que possuem recursos disponíveis para tanto. Porém, recebem críticas de outros atores contrários à estadualização por não incluírem devidamente as famílias e comunidade no desenvolvimento da Escola, além do que, o sucesso da estadualização, nesse período em que se encontra o Piauí, pode ser uma coincidência com a atual gestão de governo, que apoia as Escolas Família Agrícola do estado; numa eventual troca de gestão, para uma que não as apoie, não é possível ter certeza acerca do resultado para as EFAs estadualizadas. No fim, fica a questão: estadualizar é viável ao projeto político pedagógico das Escolas Família Agrícola no Piauí? O desejável por todas as Escolas piauienses era a aprovação do Projeto de Lei que asseguraria a autonomia de gestão das EFAs e sua continuidade de seu financiamento, caracterizando-as como política de Estado e não de governo. Porém, a dificuldade do Estado, em caso de aprovação do projeto, de discernir Escolas realmente compromissadas com a Pedagogia da Alternância e com o fomento ao desenvolvimento local de projetos oportunistas emperra a aprovação do Projeto e a posterga para uma data indefinida.

A percepção de que quanto maior a integração de atores em prol de uma Escola Família Agrícola – com famílias, comunidade, movimentos sociais, maior é o sucesso dessa Escola uma vez que se encontra mais sustentada e consegue maior apoio, parcerias e recursos, foi reforçada a cada EFA visitada. No entanto, foi possível identificar também que as Escolas que mais dependem da articulação desses atores, principalmente das famílias, nem sempre avançam. O que inicialmente parece uma contradição, pode ser explicado pelo fato de que é realmente muito difícil articular as famílias, o que se deve desde o descrédito, desânimo e baixa-estima das mesmas, até à dificuldade física de acesso dessas famílias à escola.

Por fim, cabe destacar que a experiência vivida no Piauí com o projeto de Escolas Família Agrícola, nos propiciou, enquanto estudantes de Administração Pública, a ampliação de nosso olhar acerca das possibilidades para o desenvolvimento social. Diante de um quadro de subdesenvolvimento, pobreza, baixa estima e subjugação de pessoas, uma experiência oriunda da sociedade civil como a Escola Família Agrícola, que integra crianças, jovens, famílias, igreja, sindicatos, comunidades, poder público, instituições não governamentais, pode representar o início de uma mudança local necessária que vai de encontro a grandes períodos de injustiça e desigualdade social. Ou seja, o desenvolvimento social não está vinculado necessariamente a políticas de governo e/ou de Estado, desenvolvidas por técnicos e especialistas; mas, ao mesmo tempo, e como pudemos presenciar, à mobilização das pessoas que, inseridas em seu contexto, o conhecem. Parece caber, portanto, ao Poder Público, o incentivo e fomento dessas iniciativas que, ao nosso ver, passam por tantas dificuldades justamente por falta de apoio e legitimação.

Bibliografia consultada

CALIARI, Rogério Omar. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento local**. Lavras: UFLA, 2002. Disponível em:

MORO, S. et al. **PEDAGOGIA DA ALTERNANCIA E ESCOLA FAMILIA AGRÍCOLA: PROPOSTA PARA PROMOÇÃO E O DESENVOLVIMENTO RURAL**. Artigo apresentado no XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/humanas/epg/EPG00039_05O.pdf . Acessado em: 23 de agosto de 2010.

PEREIRA, Gesley Fernandes; MATOS, Juliet Neves; PAULICS, Veronika. Relatório Projeto Conexão Local: “As Escolas Família Agrícola do MEPES”. São Paulo, 2008. Disponível em: http://eaesp.fgvsp.br/sites/eaesp.fgvsp.br/files/Conexao_Local/1%20-%20Mepes.pdf Acessado em 02 de julho de 2010.

SILVA, Lourdes Helena da. **Educação do Campo e Pedagogia da Alternância**. A experiência brasileira. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 2008, nº 5, pp. 105-112. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/Sísifo%20-%202012%20-%20Lourdes%20Helena%20da%20Silva.pdf> Acessado em: 21 de agosto de 2010.

SOUZA, João Valdir Alves de. **Pedagogia da alternância**: uma alternativa consistente de escolarização rural? Artigo apresentado na 31ª reunião anual da ANPED. Caxambu, 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT14-4500--Int.pdf> . Acessado em: 20 de agosto de 2010.